

**PROVA DO XIV PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA ESTUDANTES DO CURSO DE
DIREITO****DIREITO PENAL****1. Sobre Teoria do crime, marque a correta:**

- a) Dá-se o crime impossível por ineficácia relativa do meio ou relativa impropriedade do objeto.
- b) Crime tentado é o que não se consuma por circunstâncias inerentes à vontade do agente.
- c) **Desistência voluntária ocorre quando o agente desiste, voluntariamente, de prosseguir na execução do crime.**
- d) No arrependimento eficaz, mesmo que o agente evite o resultado, responderá por ele como se tivesse ocorrido.
- e) No arrependimento posterior, a pena não é reduzida.

2. Sobre a imputabilidade penal, marque a correta:

- a) É imputável a pessoa que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- b) São imputáveis os menores de 18 (dezoito) anos.
- c) O semi imputável não tem direito à redução de pena.
- d) **A emoção e a paixão não afastam a imputabilidade penal.**
- e) A embriaguez culposa isenta o agente de pena.

3. Segundo o Código Penal, são penas restritivas de direito:

- a) Pena privativa de liberdade, prestação pecuniária, perda de bens e valores, limitação de fim de semana, prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas, interdição temporária de direitos e limitação de fim de semana.
- b) Detenção, limitação de fim de semana, prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas, interdição temporária de direitos e limitação de fim de semana.
- c) Reclusão, prestação pecuniária, perda de bens e valores, limitação de fim de semana, prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas e interdição temporária de direitos.
- d) Prestação pecuniária, perda de bens e valores, limitação de fim de semana, prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas e prisão simples.
- e) **Prestação pecuniária, perda de bens e valores, limitação de fim de semana, prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas, interdição temporária de direitos e limitação de fim de semana.**

4. Sobre a aplicação da pena, marque a correta:

- a) **Na primeira fase de aplicação da pena, o juiz atenderá às circunstâncias do art. 59 do Código Penal.**
- b) Na segunda fase de aplicação da pena, o juiz observa se há causas de aumento e de diminuição.

- c) Na terceira fase de aplicação da pena, o juiz verifica a presença, ou não, de agravantes e atenuantes.
- d) A reincidência se verifica na primeira fase de aplicação da pena.
- e) A confissão se verifica na terceira fase de aplicação da pena.

5. Sobre os crimes de homicídio e de lesão corporal, marque a correta:

- a) Diz-se homicídio privilegiado aquele em que o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima.
- b) O Código Penal não prevê a figura do homicídio culposo, somente sendo previsto no Código de Trânsito Brasileiro.
- c) O feminicídio somente se verifica no contexto da violência doméstica e familiar contra a mulher.
- d) A lesão corporal seguida de morte pressupõe que houve culpa na lesão e dolo na morte.
- e) Lesão corporal consiste apenas na ofensa à integridade corporal de outrem.

6. Em relação aos crimes contra o patrimônio, marque a correta:

- a) No furto, a subtração da coisa alheia móvel deve-se dar apenas para si.
- b) O furto cometido por duas pessoas ou mais é qualificado.
- c) O roubo cometido por duas ou mais pessoas é qualificado.
- d) Diferentemente da morte, a lesão corporal grave não qualifica o roubo.
- e) A apropriação indébita somente se configura se a pessoa que se apropria da coisa alheia móvel era possuidora dela.

7. No tocante aos crimes contra a Administração Pública, marque a correta:

- a) Consiste em crime de concussão a apropriação, pelo funcionário público, de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou o desvio, em proveito próprio ou alheio.
- b) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal configura prevaricação.
- c) Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício configura corrupção ativa.
- d) Iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria configura contrabando.
- e) Importar ou exportar mercadoria proibida configura descaminho.

DIREITO PROCESSUAL PENAL**8. Sobre o inquérito policial, marque a errada:**

- a) Nos crimes de ação pública o inquérito policial será iniciado de ofício, mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- b) Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso para o chefe de Polícia.
- c) Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à

autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito.

d) O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, poderá sem ela ser iniciado.

e) Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.

9. Sobre o acordo de não persecução penal, marque a errada:

a) O acordo de não persecução penal será formalizado por escrito e será firmado pelo membro do Ministério Público, pelo investigado e por seu defensor.

b) Para a homologação do acordo de não persecução penal, será realizada audiência na qual o juiz deverá verificar a sua voluntariedade, por meio da oitiva do investigado e na ausência de seu defensor.

c) Homologado judicialmente o acordo de não persecução penal, o juiz devolverá os autos ao Ministério Público para que inicie sua execução perante o juízo de execução penal.

d) A vítima será intimada da homologação do acordo de não persecução penal e de seu descumprimento.

e) Cumprido integralmente o acordo de não persecução penal, o juízo competente decretará a extinção de punibilidade.

10. Sobre a ação privada, marque a errada:

a) Será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso, mas não poderá, mesmo em caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.

b) Ao ofendido ou a quem tenha qualidade para representá-lo caberá intentar a ação privada.

c) No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

d) Salvo disposição em contrário, o ofendido cairá no direito de queixa, se não o exercer dentro do prazo de seis meses, contado do dia em que vier a saber quem é o autor do crime.

e) A queixa, ainda quando a ação penal for privativa do ofendido, poderá ser aditada pelo Ministério Público, a quem caberá intervir em todos os termos subsequentes do processo.

11. Sobre a prova no processo penal, marque a errada:

a) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

b) O silêncio do acusado não importará confissão, mas poderá constituir elemento para a formação do convencimento do juiz.

- c) Considera-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte.
- d) O interrogatório será constituído de duas partes: sobre a pessoa do acusado e sobre os fatos.
- e) O juiz somente poderá ouvir como testemunhas as pessoas arroladas pelas partes.**

12. Acerca da prisão em flagrante, marque a errada:

- a) Considera-se em flagrante delito quem está cometendo a infração penal.
- b) Considera-se em flagrante delito quem acaba de cometer a infração penal.
- c) Considera-se em flagrante delito quem é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração.
- d) Considera-se em flagrante delito quem é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.
- e) Considera-se em flagrante delito quem o juiz manda prender para a garantia da ordem pública.**

13. Acerca das medidas cautelares, marque a errada:

- a) Poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente.
- b) Serão decretadas pelo juiz a requerimento das partes ou, quando no curso da investigação criminal, por representação da autoridade policial ou mediante requerimento do Ministério Público.
- c) Não há previsão de internação provisória como medida cautelar diversa da prisão no CPP, somente podendo ser aplicada em decorrência de ação civil.**
- d) A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 4 (quatro) anos.
- e) Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for maiores de 80 (oitenta) anos.

14. No procedimento do júri, ao final da primeira fase do procedimento, o juiz poderá tomar as seguintes decisões, salvo:

- a) Absolvição sumária.
- b) Pronúncia.
- c) Impronúncia.
- d) Condenação pelo crime doloso contra a vida.**
- e) Desclassificação para crime não doloso contra a vida.

DIREITO CONSTITUCIONAL**15. Sobre o Habeas Corpus, assinale a alternativa correta.**

- a) protege o direito de petição
- b) protege a liberdade de locomoção**
- c) protege direito líquido e certo
- d) protege o direito à informação
- e) protege a liberdade de expressão

16. Com relação ao direito fundamental da inviolabilidade de domicílio, assinale a alternativa correta.

- a) a casa é asilo inviolável do indivíduo e ninguém pode entrar se o morador não permitir, mesmo em caso de ordem judicial.
- b) a casa não é asilo inviolável do indivíduo, qualquer pessoa pode entrar.
- c) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.**
- d) a casa não é asilo inviolável do indivíduo, desde que o morador permita a entrada.
- e) a casa é asilo inviolável do indivíduo e ninguém pode entrar se o morador não permitir, mesmo em caso de flagrante delito.

17. A Constituição Federal veda algumas espécies de pena em seu art. 5º, inciso XLVII. Sobre o tema, assinale a alternativa que não traz uma pena proibida pela Constituição.

- a) Pena de morte
- b) Pena cruel
- c) Pena de multa**
- d) Pena de caráter perpétuo
- e) Pena de trabalhos forçados

18. Em relação as emendas constitucionais, assinale a alternativa correta:

- a) a Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
- b) a Constituição sempre poderá ser emendada.
- c) a Constituição nunca poderá ser emendada.
- d) a Constituição só não pode ser emendada em estado de calamidade pública.
- e) a Constituição pode ser emendada, independentemente de intervenção federal.

19. A Constituição reconhece a instituição do júri em seu art. 5º, inciso XXXVIII. Sobre o tema, aponte a alternativa que traz um princípio assegurado ao Tribunal do Júri:

- a) a competência para qualquer crime grave
- b) a soberania dos veredictos**
- c) a votação pública e televisionada
- d) a ampla cobertura pela imprensa
- e) a liberdade de expressão

20. O Princípio Constitucional de Acesso à Justiça ou Inafastabilidade da Jurisdição, previsto no art. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal, prevê que:

- a) a lei excluirá da análise do Poder Judiciário determinadas lesões
- b) a lei excluirá da análise do Poder Judiciário a ameaça a direito
- c) a lei excluirá do Poder Legislativo a análise de determinadas lesões
- d) a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito**
- e) a lei não excluirá da apreciação dos cidadãos determinadas ameaças

21. Conceder-se-á Mandado de Segurança para:

- a) proteger direito líquido e certo**

- b) anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe
- c) assegurar a liberdade de locomoção do indivíduo
- d) garantir o recebimento de reclamações em órgãos públicos
- e) assegurar a liberdade de expressão em meio virtual

22. A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal. Assinale a alternativa que não traz um fundamento da República Federativa do Brasil.

- a) a soberania
- b) a cidadania
- c) a dignidade da pessoa humana
- d) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa
- e) a prática do racismo

23. São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si:

- a) o Legislativo, o Executivo e o Judiciário
- b) o Legislativo e o Moderador
- c) o Executivo e o Imperador
- d) o Judiciário, o Moderador e o Executivo
- e) o Executivo, o Inquisitivo e o Judiciário

24. A Constituição Federal prevê que o Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmulas de caráter vinculante. Com relação às súmulas de efeito vinculante, assinale a alternativa correta:

- a) terão efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, na esfera federal apenas.
- b) terão efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, na esfera municipal apenas.
- c) terão efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- d) terão efeito vinculante em relação a qualquer cidadão, desde que resida no município.
- e) terão efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, na esfera estadual apenas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

25. “Trata-se de princípio que exige a honestidade, lealdade, boa-fé de conduta no exercício da função administrativa- ou seja, a atuação não corrupta dos gestores públicos ao tratar com a coisa de titularidade do Estado” (Carvalho, Matheus. *Curso de Direito Administrativo*.12 ed. Ed. Juspodvm. 2024, pág.78). O conceito acima transcrito diz respeito ao princípio da:

- a) Contradicatório
- b) Publicidade
- c) **Moralidade**
- d) Eficiência
- e) Ampla Defesa

26. “Trata-se de princípios expressos no texto constitucional de 1988 no rol de direitos e garantias fundamentais. Em síntese, é o direito conferido ao particular de saber o que acontece nos processos administrativo ou judicial de seu interesse, bem como o direito de se manifestar na relação processual, requerendo a produção de provas ou provocando sua tramitação.” (Carvalho, Matheus. *Curso de Direito Administrativo*.12 ed. Ed. Juspodvm. 2024, pág.84). O referido trecho doutrinário faz referência aos princípios do:

- a) Contraditório e Ampla Defesa.
- b) Legalidade
- c) Impessoalidade
- d) Moralidade
- e) Eficiência

27. A respeito da Responsabilidade Civil do Estado, é CORRETO afirmar que a teoria do risco administrativo estabelece que:

- a) O Estado nunca terá a obrigação de indenizar qualquer particular
- b) A atividade administrativa tem como finalidade alcançar o bem comum e se trata de uma atividade potencialmente danosa. Por isso, surge a obrigação econômica de reparação do dano pelo Estado pelo simples fato de assumir o risco de exercer tal atividade independentemente de culpa do agente público
- c) Não admite causas de exclusão de responsabilidade
- d) O ente público funciona como garantidor universal, sendo assim, a simples existência de dano já é suficiente para que surja a obrigação de indenizar da Administração.
- e) A responsabilidade civil é de ordem subjetiva sendo imprescindível averiguar a culpa do agente público.

28. Em relação à organização administrativa do Estado, são entes da Administração Indireta EXCETO:

- a) Autarquias
- b) Fundações
- c) Empresas Públicas
- d) Sociedades de Economia Mista
- e) Os Municípios.

29. “É o poder que a Administração tem de restringir o exercício de liberdades individuais e o uso, gozo ou disposição da propriedade privada, sempre para adequá-los ao interesse público. É uma atividade tipicamente administrativa e aplica-se a todos os particulares sem necessidade de demonstração de qualquer vínculo de natureza especial”. (Carvalho, Matheus. *Curso de Direito Administrativo*.12 ed. Ed. Juspodvm. 2024, pág.160). O referido conceito diz respeito ao:

- a) Poder Regulamentar
- b) Poder Hierárquico
- c) Poder de Polícia
- d) Poder Disciplinar
- e) Poder Normativo

30. A respeito dos atos administrativos, assinale o item INCORRETO:

a) Ato discricionário é aquele determinado em lei, no qual o dispositivo legal confere ao administrador margem de escolha mediante análise do mérito com razões de oportunidade e conveniência

b) Discricionariedade é sinônimo de arbitrariedade.

c) Ato vinculado é aquele praticado no exercício do poder vinculado em que a atuação administrativa está adstrita aos ditames previstos na legislação de forma objetiva.

d) A Administração Pública, no exercício da autotutela, pode declarar a nulidade de seus próprios atos sem prejuízo de apreciação judicial.

e) A Administração Pública pode revogar seus atos por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada a possibilidade de apreciação judicial.

31. São princípios que regem a prestação dos serviços públicos, EXCETO:

a) Morosidade

b) Modicidade

c) Atualidade

d) Cortesia

e) Economicidade

PROCESSO CIVIL

32. Além de outros previstos no CPC/15, são deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo:

a) informar e manter atualizados seus dados cadastrais perante os órgãos do Poder Judiciário e da Administração Pública em geral, sob pena de pagamento de multa por ato atentatório à dignidade da justiça.

b) formular pretensão ou de apresentar defesa quando cientes de que são destituídas de fundamento.

c) não produzir provas e não praticar atos inúteis ou desnecessários à declaração ou à defesa do direito;

d) não cumprir com exatidão as decisões jurisdicionais, de natureza provisória ou final, podendo criar embaraços à sua efetivação;

e) expor os fatos em juízo conforme sua conveniência e de acordo com a defesa de seus interesses, ainda que não correspondam à verdade.

33. NÃO haverá resolução de mérito quando o juiz:

a) Julgar improcedente o pedido.

b) Homologar a autocomposição das partes.

c) Reconhecer a incidência da prescrição.

d) Homologar a desistência da ação.

e) Julgar parcialmente procedente o pedido.

34. Assinale a alternativa que corresponde ao regramento processual sobre as nulidades:

a) Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta não pode ser requerida pela parte que lhe deu causa.

- b) Quando a lei prescrever determinada forma, o juiz não considerará válido o ato mesmo se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade, devendo sempre decretar a nulidade.
- c) A nulidade dos atos pode ser alegada pela parte sempre a qualquer momento, pois não está sujeita à preclusão, em nenhuma hipótese.
- d) Anulado o ato, consideram-se de nenhum efeito todos os subsequentes, ainda que dele não dependam, pois a nulidade sempre contaminará todo o processo.
- e) Ao pronunciar a nulidade, o juiz não precisa declarar os atos que estão sendo atingidos, já que todo o processo será nulo, sempre.

35. Sobre a audiência de conciliação ou mediação, conforme regras previstas no CPC/15, marque a alternativa correta:

- a) A audiência não será realizada se qualquer das partes manifestar, expressamente, desinteresse na composição consensual, independente do desejo da parte contrária ou de determinação judicial, pois a conciliação é compulsória.
- b) Como regra, no procedimento comum, a audiência de conciliação é o primeiro ato processual a ser praticado, após a decisão inicial do magistrado recebendo a petição inicial.**
- c) A audiência, em regra, deve ser sigilosa e sem a presença dos advogados.
- d) A audiência de conciliação ou de mediação não pode realizar-se por meio eletrônico.
- e) A parte poderá constituir representante, por meio de procuração genérica ou mesmo não ir para a audiência, sem precisar apresentar justificativa, interpretando-se, nesse caso, que ela não quer firmar acordo.

36. Segundo disposições expressas do CPC/15 acerca da Gratuidade da Justiça, marque a alternativa INCORRETA:

- a) A concessão de gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelo pagamento das multas processuais a ele cominadas, a exemplo da multa por litigância de má-fé.
- b) O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.
- c) A pessoa natural ou jurídica tem presunção absoluta de necessidade para concessão da justiça gratuita.**
- d) O juiz poderá conceder direito ao parcelamento de despesas processuais.
- e) Vencido o beneficiário, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos.

37. Sobre a sentença e os elementos que a compõem, assinale a alternativa correta:

- a) É facultado ao juiz proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado, pois é o juiz que aplica o Direito ao caso concreto.
- b) A fundamentação é elemento essencial da sentença, mas nela conterá apenas os nomes das partes, a identificação do caso, com a suma do pedido e da contestação, e o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo.

- c) Publicada a sentença, o juiz jamais poderá alterá-la, nem mesmo por meio do acolhimento de embargos de declaração.
- d) O relatório da sentença pode ser dispensado, a critério do juiz, independente do rito processual seguido.
- e) Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial que se limitar à reprodução da letra de lei, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida.**

38. Sobre a audiência de instrução, assinale a alternativa que guarda relação com as disposições do CPC/15:

- a) As provas orais serão produzidas em audiência, ouvindo-se, em primeiro lugar, as testemunhas arroladas pelo réu.
- b) Encerrado o debate ou oferecidas as razões finais, o juiz poderá proferir sentença em audiência ou posteriormente, determinando o envio dos autos conclusos para análise.**
- c) Instalada a audiência, o juiz tentará conciliar as partes, apenas se não tiver sido empregado anteriormente outros métodos de solução consensual de conflitos, como a mediação e a arbitragem, pois se já tiver havido audiência de conciliação, o juiz não pode mais tentar obtê-la.
- d) A audiência não poderá ser adiada por convenção das partes, nem por motivo de força maior.
- e) A audiência é una e contínua, não podendo ser cindida, mesmo no caso de ausência de perito ou de qualquer testemunha, independente do motivo da ausência.

DIREITO CIVIL

39. De acordo com o Código Civil, responda a alternativa incorreta.

- a) havendo herdeiros necessários, o testador só poderá dispor de metade da herança.
- b) a sucessão se dá por lei ou por disposição de última vontade.
- c) a sucessão abre-se no lugar do último domicílio do falecido.
- d) a sucessão se dá apenas por lei.**
- e) regula a sucessão e a legitimação para suceder a lei vigente ao tempo da abertura daquela.

40. De acordo com o Código Civil, prescreve em cinco anos:

- a) a pretensão de reparação civil.
- b) a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem.
- c) a pretensão de resarcimento de enriquecimento sem causa.
- d) a pretensão relativa à tutela, a contar da data da aprovação das contas.
- e) a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.**

41. Em relação à responsabilidade civil, assinale a alternativa correta.

- a) também é responsável pela reparação civil, o empregador ou comitente, por seus empregados, serviços e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele.
- b) o incapaz não responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.
- c) aquele que, por ato lícito causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.
- d) o dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, se provar culpa da vítima ou força maior.
- e) o direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não transmitem-se com a herança.

42. A obrigação de dar coisa incerta:

- a) ainda que não cientificado o credor, se a coisa se perder, sem culpa do devedor, antes da tradição, fica resolvida a obrigação para ambas as partes.
- b) nas coisas determinadas pelo gênero e pela quantidade, a escolha pertence ao credor, se o contrário não resultar do título da obrigação.
- c) será indicada, ao menos, pelo gênero e pela quantidade.**
- d) antes da escolha, poderá o devedor alegar perda ou deterioração da coisa, ainda que por força maior ou caso fortuito.
- e) será indicada, ao menos, pelo gênero, pela quantidade e pela qualidade.

43. Conforme o Código civil, serão registrados em registro público:

- a) os nascimentos, casamentos e festas.
- b) a emancipação por outorga dos tios ou por sentença do juiz;
- c) a interdição por incapacidade absoluta ou relativa.**
- d) a sentença declaratória de presença e de morte presumida.
- e) osatos judiciais ou extrajudiciais que declararem ou reconhecerem a filiação

44. Será nulo o negócio jurídico quando resultante de:

- a) simulação.**
- b) estado de perigo.
- c) dolo.
- d) erro.
- e) fraude contra credores.

45. No tocante à posse, conforme o Código Civil, assinale a resposta incorreta:

- a) é justa a posse que não for violenta, clandestina ou precária.
- b) a posse transmite-se aos herdeiros ou legatários do possuidor com os mesmos caracteres.
- c) considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade.
- d) a posse de boa-fé só perde este caráter no caso e desde o momento em que as circunstâncias façam presumir que o possuidor não ignora que possui indevidamente.

e) é de boa-fé a posse, se o possuidor sabe sobre o vício, ou sobre o obstáculo que impede a aquisição da coisa.

DIREITO DO CONSUMIDOR

46. Assinale a alternativa correta com base nas normas do Código de Defesa do Consumidor.

- a) serviço é qualquer atividade fornecida por uma pessoa física.
- b) consumidor é toda pessoa jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como forma de revendê-lo.
- c) produto é qualquer bem imóvel material.
- d) serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.**
- e) de regra, os produtos e serviços colocados no mercado de consumo podem acarretar riscos à saúde ou segurança dos consumidores.

47. Conforme o Código de Defesa do consumidor, no caso de responsabilização por vício do produto e do serviço, não sendo o vício sanado no prazo máximo de trinta dias, pode o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha:

- a) a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso; a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos; o abatimento proporcional do preço.**
- b) a substituição do produto por outro de outra espécie, em perfeitas condições de uso; a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos; o abatimento proporcional do preço.
- c) a substituição do produto por outro da mesma espécie, em imperfeitas condições de uso; a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos; o abatimento proporcional do preço.
- d) a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso; a restituição parcelada da quantia paga, monetariamente atualizada, com prejuízo de eventuais perdas e danos; o abatimento proporcional do preço.
- e) a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso; a restituição imediata da quantia paga, com juros, correção monetária e multa de 2%, sem prejuízo de eventuais perdas e danos; o abatimento proporcional do preço.

48. São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que:

- a) tragam responsabilidades para as partes.
- b) não limitem o acesso aos órgãos do Poder Judiciário.
- c) estejam de acordo com as normas ambientais.
- d) permitam ao fornecedor, direta ou indiretamente, variação do preço de maneira unilateral.**
- e) possibilitem o reembolso para o consumidor em caso de este não gostar do produto.

49. Quanto às práticas comerciais disciplinadas pelo Código de Defesa do Consumidor, assinale a resposta incorreta.

a) é permitido ao fornecedor de produtos ou serviços exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva.

b) o fornecedor do produto ou serviço é solidariamente responsável pelos atos de seus prepostos ou representantes autônomos.

c) é proibida toda publicidade enganosa ou abusiva.

d) os fabricantes e importadores deverão assegurar a oferta de componentes e peças de reposição enquanto não cessar a fabricação ou importação do produto.

e) equiparam-se aos consumidores todas as pessoas determináveis ou não, expostas às práticas comerciais descritas no CDC.

50. São direitos básicos do consumidor:

a) a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações proporcionais.

b) a informação inadequada e obscura sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem.

c) a preservação máxima na repactuação de dívidas e na concessão de crédito, sempre trazendo juros zero para o consumidor.

d) a desinformação acerca dos preços dos produtos por unidade de medida.

e) a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral.